

## CIÊNCIA BRASILEIRA: SENSIBILIDADE E NARRATIVA DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA NA OBRA DE EDGARD ROQUETTE-PINTO

NÍSIA TRINDADE LIMA

### **A trajetória intelectual**

Edgard Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, a 25 de setembro de 1884. Seu pai, Manuel Menelio Pinto era pernambucano, formado pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, e sua mãe, Ana Josefina Carneiro de Mendonça, mineira, oriunda de uma família de proprietários rurais. Como se separaram muito cedo, Edgard e o irmão, Mauro, foram criados pelo avô materno, João Roquette Carneiro de Mendonça, o personagem de maior influência em sua formação. A família Carneiro de Mendonça era detentora de fazendas e várias propriedades em Minas Gerais e no estado do Rio de Janeiro, entre elas a de Bela Fama, nas proximidades de Juiz de Fora, onde o avô se dedicava à atividade cafeeira e Roquette-Pinto viveu boa parte da infância. Por volta de 1896, devido à crise no café, João Roquette Carneiro de Mendonça mudou-se para o Rio de Janeiro e, após enfrentar sérias dificuldades financeiras, obteve através da intermediação do senador de São Paulo, Alfredo Ellis, um cartório que passou a ser conhecido como Tabelião Roquette. Foi com os recursos obtidos no cartório que pôde custear os estudos de medicina do neto.

No Rio de Janeiro, Roquette-Pinto cursou os estudos secundários no Colégio Aquino, dirigido por João Pedro de Aquino, bacharel em ciências físicas e matemáticas que imprimiu ao educandário forte ênfase no ensino de ciências. Além disso, no ambiente do colégio fazia-se notar a presença de idéias positivistas tendo sido Benjamin Constant professor e Euclides da Cunha um dos mais destacados alunos. Outros professores importantes foram Capistrano de Abreu, Pacheco Leão e André Rebouças.

Em 1905, ingressou como professor no Museu Nacional, instituição a qual esteve vinculado até 1935. Com João Batista de Lacerda, à época diretor do Museu Nacional, representou o Brasil no Congresso Internacional das Raças, realizado na Universidade de Londres em 1911, tendo apresentado o trabalho *Nota sobre a situação social do indígena no Brasil*. Contribuíra também para o próprio trabalho de Lacerda, por ter organizado o Diagrama da Constituição Antropológica da População do Brasil, organizado segundo as estatísticas oficiais de 1872 a 1890. Após o congresso permaneceu por algum tempo na Europa com o objetivo de atualizar seus conhecimentos em antropologia e biologia.

Em 1912, Roquette-Pinto tomou parte de uma das expedições da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas - a célebre Comissão Rondon. Dos registros sobre as condições da região e da descrição sobre os Nhambikuára e Paresís - índios da Serra do Norte - resultaria a publicação, em 1917, de *Rondonia*, obra que marca o início de sua consagração profissional, após a conquista da Medalha Pedro II, premiação de grande prestígio também concedida naquele ano pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aos trabalhos *A linguagem dos Caxinauás*, de Capistrano de Abreu, e *A expansão geográfica do Brasil colonial*, de Basílio de Magalhães.

Em 1916, fundou com Oswaldo Cruz, Alberto Betim Paes Leme, Henrique Morize, Alberto Childe, Alípio de Miranda Ribeiro, Everardo Backheuser, Arthur Moses, Juliano Moreira, Bruno Lobo, Euzébio de Oliveira, Licínio Cardoso e Amoroso Costa a Academia Brasileira de Ciências. Essa instituição teve papel destacado nas propostas de vulgarização da ciência e criou, em 1923, por iniciativa de Roquette-Pinto, a primeira

22

emissora de radiodifusão do Brasil: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Desde 1923, Roquette-Pinto esteve também à frente dessa emissora, atual Rádio MEC, que destinou em 1936 ao Ministério da Educação e Saúde.

Roquette-Pinto foi também um ativista de importantes movimentos como o movimento sanitarista da Primeira República e, em 1932, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento síntese das aspirações dos reformadores da educação, ao lado de Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Francisco Venâncio Filho e Fernando de Azevedo.

As atividades como antropólogo e depois diretor do Museu Nacional foram acompanhadas por intensa atuação na área de educação e de divulgação científica. Diretor da instituição de 1926 a 1935, Roquette-Pinto promoveu reforma administrativa, criando a divisão de História Natural – Serviço de Assistência ao Ensino, que ele mesmo dirigiu. Durante a sua gestão, o Museu Nacional foi concebido como um museu pedagógico, educativo; nas suas palavras, deveria ser a “universidade do povo”. Além de Roquette-Pinto, outros cientistas da instituição, como Alberto Childe, Cândido de Mello Leitão, Heloisa Alberto Torres e Bertha Lutz, também realizaram atividades de divulgação científica.

Em 1932, o Museu Nacional abrigou a Comissão Nacional de Censura Cinematográfica e editou a *Revista Nacional de Educação*. Publicada com recursos da taxa de censura aos filmes, seu lema era ‘Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte’. Distribuída gratuitamente pelas escolas, trazia muitas ilustrações e textos informativos sobre ciência e literatura brasileiras (Duarte, 2004).

Em 1936, ajudou a criar e passou a dirigir o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), no qual deu início a trabalho que deve também ser visto como importante para a

23

história do cinema no Brasil, com destaque para a sua parceria com Humberto Mauro, que antes de ingressar na instituição teve de vender eletrodomésticos para poder sobreviver, apesar de já ter realizado *Ganga Bruta*, filme considerado hoje uma de suas principais obras (Schwarzman, 2004). À frente do INCE até 1946, Roquette-Pinto regulou a censura cinematográfica no Brasil e centralizou serviços que, até então, eram exercidos em âmbito local. Sob a sua direção, o Instituto produziu e distribuiu nas escolas filmes que encenaram, dentre outros temas, descobertas científicas, vultos e cidades históricas, noções de higiene, biologia, física, química, zoologia, botânica, geografia, astronomia, esportes, história do Brasil, literatura e música.

Experiência de alcance limitado, pela curta duração, mas bastante significativa foi sua atuação no Distrito Federal, durante a Prefeitura de Pedro Ernesto. Organizou, em 1934, a convite de Anísio Teixeira, a Seção de Museus e Radiodifusão da Secretaria de Educação e Cultura, criando a Rádio Escola Municipal, posteriormente denominada Rádio Roquette-Pinto. Em 1950 voltaria a colaborar com a Prefeitura do Distrito Federal, durante a administração de João Vital, na condição de consultor do Departamento de Difusão Cultural e do Setor de Educação de Adultos, último cargo público que ocupou.

Um aspecto pouco explorado de sua trajetória foi a filiação e candidatura à Câmara Federal pelo Partido Socialista Brasileiro em 1954, mesmo ano de sua morte. Foi o único partido ao qual se filiou em uma trajetória vivida por um longo período no Estado Novo e por quem vinha de uma geração na qual a ação política e os projetos de reforma social foram concebidos como organizados pela atividade científica.

Entre seus amigos, encontram-se pessoas da mesma geração como Miguel Ozório de Almeida, Clementino Fraga e Afonso de Taunay, e outros mais jovens como Francisco Venâncio Filho, Roberto Assunção e Humberto Mauro.

A produção científica do autor foi variada e extensa, mas apenas *Rondonia* aparece como um livro no sentido pleno. Seus outros livros publicados caracterizam-se como coletâneas de conferências e trabalhos apresentados em congressos e artigos publicados na imprensa, mas devem também ser apontados como fundamentais para a compreensão sobre suas idéias sobre temas como raça, pensamento brasileiro, ciência no Brasil, educação, além do livro *Ensaio Brasileiro*, de 1941, dedicado a vários cientistas brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento da ciência no Brasil. De seus inúmeros trabalhos, “Notas sobre os tipos antropológicos brasileiros” apresentado ao I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929 no Rio de Janeiro, e depois publicado em *Ensaio de Antropologia Brasileira* (1933) é considerado, ao lado de *Rondonia*, como o mais expressivo dos estudos antropológicos por ele realizados. O ensaio “Euclides da Cunha naturalista”, proferido em 1917 como conferência na Biblioteca Nacional, publicado na *Revista do Brasil* em maio de 1918, e, em 1927, na coletânea *Seixos Rolados*, pode também ser apontado como uma das mais importantes contribuições do autor, ao se referir a um estilo intelectual próprio ao que denominou ‘naturalismo ecológico’, no qual as interações seriam mais importantes do que o exame de detalhes. Cremos encontrar-se nessa característica, cuja matriz atribuí à obra de Goethe, um caminho para pensar a própria contribuição intelectual de Roquette-Pinto; um intelectual dedicado a produzir quadros abrangentes, interessado nas interações e na multiplicidade das explicações para os fenômenos sociais, que o fizeram, a despeito da filiação à antropologia física, estar sensível e mobilizado para explicações de natureza social e cultural.

### **Roquette-Pinto e sua geração**

Venho das últimas gerações da monarquia. Assisti aos 5 anos as primeiras festas da República. Penso que o país deve um grande serviço à minha geração: foi a primeira a descrever as ‘fabulosas riquezas’ do Brasil, para começar a crer nas ‘decisivas possibilidades do trabalho’. Recebemos a noção de que um moço bem nascido e bem criado não devia precisar trabalhar... Ouvimos ainda o eco dos eitos. Diziam-nos que nosso céu tem mais estrelas que os outros.... Minha geração começou a contar as estrelas. E foi ver se era verdade que nos nossos bosques havia mais

vida. E começou a falar claro aos concidadãos. Com minha geração, o Brasil deixou de ser tema de lirismo.”(Roquette Pinto, depoimento ao periódico *Vamos Ler*, Rio, 23-03-1939, p.45)

A noção de geração situa-se no encontro de memória e história. Refere-se tanto à idéia de um tempo exterior - o dos eventos da história do país – como a um tempo interior, compreensível pela atenção à forma pela qual tais acontecimentos foram experimentados por um grupo, conformando um sentido de identidade (Gomes, 1999a, 1999b).

Como observam Karl Mannheim (1978) e Carl Shorske (2000), em trabalhos que seguem perspectivas muito diversas para a análise desse fenômeno histórico-social, o conceito de geração refere-se menos a um grupo etário e mais à problematização de um legado cultural. A geração torna-se expressiva em momentos de mudança política e social, quando novos atores sociais propõem, de algum modo, o rompimento com o passado. Daí a importância da auto-identificação com um grupo, que se define menos pela idade e fundamentalmente pela similaridade de experiências e valores e pela contestação a uma determinada herança cultural. É desse sentimento que nos fala Roquette-Pinto no depoimento que utilizamos como epígrafe a este capítulo, com sua crítica ao que percebia como sociedade patriarcal, escravista e, ao mesmo tempo, avessa ao trabalho dos cientistas.

A pergunta sobre as perspectivas para a construção de uma nação no Brasil era voz corrente entre os intelectuais nas três primeiras décadas do século XX. Se a geração a que pertencia Roquette-Pinto entusiasmara-se com a República e logo se desiludira com os primeiros anos do novo regime, na sua obra, em particular, pode-se identificar uma persistente perspectiva otimista, em que a crença na ciência e na educação era seguidamente pontificada.

Para essa geração, a desagregação do regime escravocrata representou papel análogo ao que desempenharam na Europa os processos de industrialização e urbanização, com suas implicações para as mudanças no estilo de percepção dos intelectuais sobre a sociedade. A abolição da escravatura ocupou lugar central na reflexão sobre a sociedade

26

brasileira, dando relevo ao debate sobre a identidade nacional e à integração dos diferentes grupos étnicos. Questões como ‘herança colonial’ e ‘raça’ assumem crescente importância nas controvérsias que marcam as três últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Para os intelectuais desse período, o Brasil representava um grande enigma a ser decifrado em seus aspectos históricos, políticos, étnicos e sociais.

O debate mais freqüente voltava-se para a fragmentação política e a ausência de sentimento de identidade nacional. Em que pese os esforços de muitos letrados e políticos em identificar uma unidade nacional em gestação desde o período colonial, a realidade construída pelo processo de colonização foi analisada como se a atomização fosse uma de suas características mais acentuadas. Nisso os intelectuais brasileiros percebiam seu país como o fizeram muitos viajantes estrangeiros. O tema foi abordado, por exemplo, em um dos diários de viagem do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, para quem havia um país chamado Brasil, mas absolutamente não havia brasileiros. No século XX, os médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, em relatório da viagem científica promovida pelo Instituto Oswaldo Cruz e pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1912, atualizavam essa idéia e advertiam: “*Raro é o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí e uma terra... Ceará outra.... A única bandeira que conhecem é a do Divino*” (1916: 121). Tal imagem – a de ausência de uma nação – é tema recorrente entre intelectuais do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Por isso, o projeto de nação que idealizavam quase sempre indicava a tentativa de operar uma abstração - uma sociedade una e indivisa - frente à multiplicidade das experiências e vivências sociais e culturais. Durante a Primeira República, o diagnóstico segundo o qual o país não constituía uma nação era voz corrente entre os intelectuais: no máximo, reuniria províncias pouco integradas, transformadas em estados pela constituição republicana de 1891. Nenhum sentimento de nacionalidade era percebido no povo brasileiro. Compartilhando esse diagnóstico, as correntes de pensamento diferenciavam-se quanto à crença na viabilidade da construção nacional do país e às imagens de boa sociedade que idealizavam (Carvalho, 1994; Lippi, 1990).

Para alguns intelectuais brasileiros, os obstáculos representados pela base racial eram insuperáveis. Leitores de teóricos europeus como Gobineau, Agassiz e Le Bon, viam em um programa intenso de imigração européia uma saída para a intensa miscigenação racial que caracterizaria a nação brasileira. Nesse período, muitos intelectuais, no Brasil e na Europa, acreditavam que os cruzamentos raciais produziriam seres degenerados, física e mentalmente. A mestiçagem era vista como um indício de inferioridade da população brasileira e como o principal problema da nacionalidade. Era nessa perspectiva, portanto, que o grande problema do Brasil parecia radicar-se no povo que, no limite, deveria ser substituído (Skidmore, 1976; Carvalho, 1994).

Em fins do século XIX e início do século XX, a tese do progressivo ‘branqueamento’ da população brasileira começou a ganhar corpo, defendida, entre outros, na vasta obra escrita por Silvio Romero e pela chamada geração de 1870. Baseada em intrincado argumento que não condenava, mas, ao contrário, interpretava positivamente o processo de mestiçagem como o do progressivo predomínio dos brancos sobre negros, indígenas e mestiços, a tese do branqueamento funcionava como uma resposta ao fatalismo das teorias de inferioridade racial propugnadas por teóricos europeus. Ao negar que a inferioridade dos mestiços fosse um fato absoluto, essa tese fazia crer que, através da miscigenação com as raças brancas, era possível vislumbrar um futuro ‘civilizado’ para o Brasil.

A despeito dessa importância do debate racial e mesmo da teoria do ‘branqueamento’ progressivo do país, não seria correto reduzir o debate sobre a questão nacional ao tema da ‘raça’. Para os intelectuais brasileiros que produzem obras significativas de 1870 a 1920, entre os quais podemos citar Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bomfim e Oliveira Vianna, o aspecto central a ser investigado dizia respeito à tentativa de compreender as principais características do que se convencionou denominar “Brasil real”, e promover uma articulação entre o processo de construção do Estado e o conhecimento e organização da sociedade. Nessa perspectiva, a ação do Estado não poderia prescindir da análise da adequação entre instituições políticas e

28

ambiente social. E aqui é importante destacar que, em que pese o tributo às teorias científicas europeias que pregavam teses como a inferioridade racial de negros, indígenas e mestiços, presentes em maior ou menor grau em todos os pensadores a partir do último quartel do século XIX, a ênfase de suas teorias sobre o Brasil apoiava-se na organização social e política do país. No caso de Roquette-Pinto, as interpretações de Alberto Torres e de Euclides da Cunha foram as mais ressaltadas como referências para sua obra, exatamente nos aspectos em que escapavam das visões de determinismo racial ou climático, seja na defesa da organização social, legado de Alberto Torres, seja na tese euclidiana da existência de dois países: o Brasil do litoral e o Brasil dos sertões. No início da República, a experiência da Guerra de Canudos e, principalmente, o livro *Os Sertões*, escrito por Euclides da Cunha e publicado em 1902, trariam ao debate sobre atraso nacional os temas da existência de dois Brasis e do abandono do sertanejo.

Outro momento importante nesse debate sobre identidade nacional no Brasil ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial. Em consonância com a experiência de outros países, a guerra colocou em evidência o tema nacional e criou o ambiente propício à criação de movimentos e ligas que superassem o que se começava a apontar como o principal obstáculo à soberania: a existência de uma população de analfabetos e doentes.

Essa discussão tornou-se ainda mais intensa no Brasil com a campanha liderada por Olavo Bilac por meio da Liga de Defesa Nacional e sua defesa da importância do alistamento militar. A essa idéia da afirmação da nacionalidade em bases militares foi contraposta, exatamente, a imagem de um Brasil abandonado e doente. Em discurso, em 1916, na Academia Nacional de Medicina, o médico Miguel Pereira proferiu a sua célebre frase “O Brasil ainda é um imenso hospital” para expressar sua contrariedade diante do pronunciamento de um deputado federal que declarara estar disposto, em caso de invasão estrangeira, a ir aos sertões e convocar os caboclos para defender o país (Lima & Hochman, 1996).

Essa frase proferida por Miguel Pereira era constantemente associada ao já citado relatório da expedição médico-científica organizada por Arthur Neiva e Belisário Penna em

jornais e revistas do Rio de Janeiro, sobretudo, entre os anos 1917 e 1918. Como a leitura da fonte e da bibliografia dedicada ao tema o demonstram (Santos, 1985; 1887; Lima & Hochman, 1996; Hochman, 1998; Lima, 1999), os cientistas, no relatório, apresentaram um amplo quadro etnográfico sobre os sertanejos, suas condições de vida, hábitos, cultura e linguagem. O mote da sua análise, baseada em riqueza de exemplos, com recurso a depoimentos e mais de uma centena de fotografias, era a de que os sertanejos seriam atrasados, indolentes, fatalistas e fracos, não por qualquer insuficiência decorrente de cruzamentos raciais, mas porque sofreriam de doenças plenamente evitáveis, como a ancilostomose, o impaludismo e a doença de Chagas, sobretudo no então norte de Goiás, na região que hoje conhecemos como o estado do Tocantins. No seu desenho, e falando de forma bastante sintética, as doenças seriam o maior obstáculo ao progresso do Brasil (Lima & Hochman, 1996; Lima, 2003).

Paralelamente à tese do Brasil como imenso hospital, outra imagem do país foi traçada e redefinida pelo escritor Monteiro Lobato – o Jeca Tatu, originalmente um caipira, mestiço e indolente, do Vale do Paraíba, mas que rapidamente se transformou em símbolo dos doentes e pobres das áreas rurais brasileiras (Cascudo, 1920; Lima, 1999). Do contato de Monteiro Lobato com as teses do movimento do saneamento rural, cristalizou-se a idéia do Jeca anemiado, doente, mas capaz de se regenerar com o auxílio da ciência (Lobato, 1957). A frase que melhor resume o novo diagnóstico é bastante conhecida: “O Jeca não é assim...está assim”.

Todo esse debate motivou a fundação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, que deflagrou ampla campanha pelo saneamento do país. Seus objetivos consistiam na criação de postos de profilaxia rural e de educação sanitária, e, sobretudo, na centralização dos serviços de saúde pública em uma agência do governo federal, e foram alcançados com a criação, em dezembro de 1919, do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Nesse encaminhamento, a “saúde” tornou-se um quadro de referências fundamental para a discussão sobre a identidade nacional no período (Castro Santos, 1985; 1887; Hochman, 1998; Lima, 1999, Lima & Hochman, 1996). Além do Jeca Tatu e da imagem do

30

“imenso hospital”, Rui Barbosa, em discurso de homenagem póstuma a Oswaldo Cruz, em 1917, referiu-se ao Brasil como o “país da febre amarela” (Barbosa, 1917; Lima, 2002). Mario de Andrade, em *Macunaíma*, revelaria a mesma impressão sobre o quadro sanitário do país: “Pouca saúde, muita saúva: os males do Brasil são” (Lima & Hochman, 2004). Convergentes, essas imagens são tributárias da mesma interpretação do Brasil elaborada por médicos das primeiras décadas do século XX: a doença generalizada era a razão do atraso nacional.

Roquette-Pinto foi um ativo participante dos movimentos nacionalistas do período, em especial da Liga Pró-saneamento do Brasil, tendo contribuído para a disseminação da idéia segundo a qual os males do Brasil estavam na doença e no analfabetismo. Entre outras atividades, foi um dos articulistas da revista *Saúde*, órgão oficial desta Liga.

Outra importante característica da produção cultural dos primeiros anos da República foi o surgimento de novos segmentos intelectuais com origem social nas camadas médias e que passaram a se dirigir para as escolas de medicina, engenharia e academias militares, instituições nas quais foram elaboradas muitas interpretações de natureza social. Elas também contribuíram para a formação de novas identidades profissionais que passaram a se afirmar nos anos 1920, como a dos sanitaristas e a dos educadores. Para entendermos o processo de formação dessa intelectualidade, convém recuarmos um pouco no tempo.

A diferenciação regional e uma relativa ampliação das possibilidades de formação acadêmica caracterizaram o processo de formação da elite intelectual brasileira a partir da segunda metade do século XIX, como resultado da progressiva criação das instituições de ensino superior no país. No final da segunda década do século XIX, as escolas de direito de Olinda e São Paulo foram criadas, passando a desempenhar importante papel no debate e na formulação de teses de cunho sociológico. A partir da década de 1830, organizaram-se as escolas de medicina da Bahia e Rio de Janeiro, que durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX atuaram também como centros de cultura geral e de debates

filosóficos, o que se completaria com a criação da Escola de Direito de Recife, em 1870.

Verificam-se, assim, mudanças significativas em relação ao processo de formação da elite intelectual e política brasileira característico do período imperial, estudado por José Murilo de Carvalho (1996). Como demonstrou esse autor, até meados do século XIX, ela fora caracterizada por expressiva homogeneidade, em sua maior parte estudando direito em Coimbra e se encaminhando, posteriormente, para a carreira burocrática. Após aquele período, verifica-se relativa regionalização do processo de formação das novas gerações de intelectuais e, ao mesmo tempo, um intenso processo de circulação entre o Rio de Janeiro e as províncias de origem, que se manteria, pelo menos, até as primeiras décadas do século XX (Corrêa, 1982).

No caso de Roquette-Pinto, vindo de uma família de proprietários rurais arruinados pelo café, mas com relações importantes na elite política (o avô resolveu a crise financeira da família ao receber um cartório, graças à intermediação do senador Alfredo Ellis), o ethos profissional também logo aparece como elemento chave. Proveniente de família de proprietários rurais, atuou por toda vida em um contexto urbano e letrado como cientista e dirigente de instituições científicas e culturais. É o ingresso no cenário intelectual e político a partir da inscrição profissional e da atividade científica que Roquette-Pinto assinala como característica de sua geração.

A discussão sobre as principais características desta geração pode ser melhor compreendida se salientarmos que, a partir de 1870, percebe-se também uma mudança no estilo intelectual predominante na reflexão política e social sobre o país. O ano de 1870 foi o da intensificação da propaganda abolicionista e da criação do partido republicano, e também o do surgimento da Escola de Direito de Recife. Com essa escola, principalmente a partir do trabalho de Silvio Romero, pode-se demarcar uma mudança no estilo de trabalho intelectual marcado, até então, pelo protagonismo de atores individuais, característico do Império, por novas abordagens de natureza mais geral sobre os fenômenos coletivos, como observou Wanderley Guilherme dos Santos em seu estudo sobre o pensamento político-social do Brasil (2002). Se as explicações centradas muitas vezes em modelos deterministas

32

calçados na biologia e nas explicações de cunho racial foram correntes, não faltou atenção para a cultura e as estruturas sociais. Outra característica marcante do pensamento político e social brasileiro, cujo paradigma pode ser apontado em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, consistiu no estabelecimento de antíteses que explicariam os dilemas vividos pelo país, ao mesmo tempo em que os intelectuais buscavam oferecer os caminhos para sua superação.

Entre essas antíteses, a que opunha o Brasil do litoral e o Brasil dos sertões foi uma das mais permanentes no pensamento político e social brasileiro. O tema do isolamento no interior do território brasileiro como marca de nossa história foi enfatizado, entre outros autores, por Fernando de Azevedo. Para ele, “O isolamento em que vivemos não foi apenas do Brasil em relação a outras nações durante todo o período colonial, mas no interior da unidade nacional, entre diferentes grupos e instituições” (1954: 75).

Certamente, trata-se de enfatizar o argumento de Euclides da Cunha que assinala magistralmente seu desconforto face à distância no espaço e no tempo que separava os *dois Brasis*:

Argumento semelhante estará presente na análise que Roquette-Pinto apresenta em *Rondonia* sobre a condição social do sertanejo na Amazônia, submetido ao regime de trabalho semi-escravo do barracão. A partir de um encontro com um seringueiro, esfarrapado e faminto, Roquette-Pinto, comenta: “Há uma diferença tão grande entre os que são os brasileiros das cidades, e o que padecem as populações sertanejas, que até parecem habitantes de dois países diferentes” (2005: 36).

O desconforto não se encontra apenas frente aos brasileiros do interior; ele está fundamentalmente no intelectual que também se coloca como estrangeiro — em relação aos habitantes rústicos do interior e aos valores dos então chamados “intelectuais copistas” que tomam outra civilização de empréstimo e perdem de vista a autenticidade da nacionalidade brasileira. Este tema — o dos intelectuais que se sentem como estrangeiros — está presente em vários autores, e mereceu sugestivas sínteses nas palavras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido.

Desse modo, não seria correto, como muitos estudos já observaram, explicar a intensa atuação política da intelectualidade deste período como simples decorrência ou expressão de interesses das camadas dominantes ou, como advoga outra tese, das camadas médias em busca de ascensão (Corrêa, 1982; Martins, 1987). Foi na condição de profissionais e, ao mesmo tempo, de intelectuais interessados na elaboração de teorias sobre o Brasil que esses novos atores se inseriram na vida intelectual e política. Como observa Mariza Corrêa: “E se as opções profissionais eram limitadas, isto seria compensado pelo amplo leque de interesses que atraiu a atenção desses intelectuais, o que pode ser explicado tanto pelo número reduzido deles, que os obrigava a se desdobrarem em ‘especialistas’ de várias áreas, quanto por seu envolvimento político e funcional” (1982: 23-4).

## **A profissão de fé de Roquette-Pinto: positivismo como visão política de mundo e de Brasil**

Ao se buscar reconstituir a história das idéias sociais e políticas no Brasil um caminho possível é o estudo da assimilação e circulação de teorias européias. O estudo do pensamento em qualquer país terá de dar conta das reflexões suscitadas pela sua inserção na história universal e características específicas da sociedade nacional. Ao discutirmos uma trajetória/obra como a de Roquette-Pinto naturalmente devemos estar atentos a esse duplo condicionamento. Não obstante, deve-se ressaltar que idéia da assimilação de teorias é uma simplificação, pois foi a partir de uma agenda política e de problemas a ela relacionados que se pode entender a gênese do pensamento social no Brasil.

Em que pesem as diversidades de posição, percebe-se uma corrente de pensamento centrada nas teses de como superar os problemas nacionais, tendo na ciência e na definição de políticas públicas cientificamente fundamentadas, o instrumento mais efetivo para a transformação do país. Pode-se argumentar que se tratava de um ideal iluminista que, com frequência, inspirou posições autoritárias. De todo modo, tratou-se da afirmação de um caminho para a modernidade brasileira que não negava a população aqui formada, buscando sua incorporação ao que se considerava o ideal civilizatório, caracterizando o que

34

o sociólogo Guerreiro Ramos denominou nos anos 50 a corrente assimilacionista no pensamento brasileiro. É possível entender a contribuição de Roquette-Pinto à luz desse debate mais geral, situando-o como intelectual de uma geração que afirmou a ação pedagógica da ciência e do Estado brasileiros.

VOLTANDO À EPÍGRAFE DE INÍCIO \_ IMPORTANCIA DA ANTROPOLOGIA NESSA INVENÇÃO DO BRASIL COMO PAIS MARCADO OR UMA MISTIÇAGEM POSITIVA>